



OBSERVAÇÕES:

1. A LICITANTE DEVE ATENTAR PARA A DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADES CONSTANTE DO EDITAL (ANEXO I) E NÃO DO ITEM DA "BEC".
2. A LICITANTE DEVE MANTER SEMPRE ATUALIZADOS NO SISTEMA BEC/SP OS DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA, INCLUSIVE, SE FOR O CASO, OS DADOS QUE DIGAM RESPEITO AO ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO ME OU EPP.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º. 246/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º: 1.758/2022.

OBJETO DA LICITAÇÃO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO, COM FORNECIMENTOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO "SEM ESTAMPIDOS", INCLUINDO LOCAÇÃO DE BALSAS VISANDO ATENDER AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, DE ACORDO COM A(S) DESCRIÇÃO(ÕES) PREVISTA(S) NO EDITAL E SEUS ANEXOS"

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

TIPO: MENOR VALOR UNITÁRIO.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 16/11/2022.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/12/2022 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

OFERTA DE COMPRAS N.º: 8558008010020220C00380

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Endereço: Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy n.º. 9000, 1º andar, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900

Telefone: (13) 3496-2084/2008

E-mail: licitacao@praiagrande.sp.gov.br e sead522@praiagrande.sp.gov.br

PREÂMBULO

O Município da Estância Balneária de Praia Grande, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, Subsecretaria de Assuntos da Juventude e Secretaria de Assistência Social, **TORNA PÚBLICO** que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MINOR PREÇO UNITÁRIO**, para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO, COM FORNECIMENTOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO "SEM ESTAMPIDOS", INCLUINDO LOCAÇÃO DE BALSAS VISANDO ATENDER AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, DE ACORDO COM A(S) DESCRIÇÃO(ÕES) PREVISTA(S) NO EDITAL E SEUS ANEXOS"**, conforme **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com a Lei Federal n.º. 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal n.º. 8.666/1993, com as alterações posteriores, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação alterada pela Lei Complementar n.º. 147, de 07 de agosto de 2014



e Decretos Municipais nº. 3.593/2003, nº. 3.838/2005 e alterações posteriores, nº. 6.238/2017, nº. 6.434/2018, nº. 7.018/20, nº. 7.052/20 e nº. 7.546/2022.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas, acompanhadas dos documentos de habilitação exigidos no edital, por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Edital **"REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO, COM FORNECIMENTOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO "SEM ESTAMPIDOS", INCLUINDO LOCAÇÃO DE BALSAS VISANDO ATENDER AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, DE ACORDO COM A(S) DESCRIÇÃO(ÕES) PREVISTA(S) NO EDITAL E SEUS ANEXOS"**, conforme **ANEXO I** que integra este Edital, observadas as especificações e quantidades ali estabelecidas.

1.2. O valor estimado da contratação é de **R\$ 11.297.037,50 (Onze milhões e duzentos e noventa e sete mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**

1.3. As despesas decorrentes desta Ata correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

SECRETARIAS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SECTUR	19.02.00/23.695.3003.2216/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

2.2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação,



que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

2.2.1. Fatos considerados impeditivos de sua participação no certame:

- a) Em consórcios ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.
- b) Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação, em data anterior à abertura da licitação.
- c) Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com o Município da Estância Balneária de Praia Grande nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002 com o Município da Estância Balneária de Praia Grande.
- e) Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas atualizações posteriores.

2.3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

2.5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.6. Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei complementar nº 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido.

2.7. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

2.8. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6, bem como para a fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto na alínea "f" do item 5.9, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte que preencha as condições estabelecidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 deverá constar no registro do licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto no item 4.1.6.2 deste Edital.

3. DAS PROPOSTAS



3.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção PREGÃO – ENTREGAR PROPOSTA, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

3.2.2. Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item BEC mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto, especificações técnicas, unidade de medida e outras informações existente neste Edital e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

3.2.3. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.2.4. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

3.2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

3.2.5.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.2.5 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado a contratação, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

3.3. No formulário eletrônico de encaminhamento da proposta será(ão) anexado(s) arquivo(s) contendo Proposta de Preços, elaborada de acordo com o modelo que constitui o **ANEXO III**, que integra este Edital, bem como os documentos de habilitação exigidos no edital. A obrigatoriedade ou não da apresentação do anexo pelo fornecedor na entrega da proposta ficará a critério do Pregoeiro no momento do agendamento do Pregão.

3.3.1. Só serão aceitos arquivos contendo o(s) anexo(s) indicado(s) no subitem acima, elaborado(s) no(s) formato(s) indicado(s) no formulário eletrônico de encaminhamento da proposta.



3.3.2. Havendo divergência entre os valores consignados no anexo de que trata o subitem 3.3 e os valores registrados no formulário eletrônico da proposta, prevalecerão estes últimos.

3.4. Não serão aceitas condições que contemplem faturamentos mínimos, sendo tais propostas desclassificadas.

3.5. Não serão aceitas propostas, cujos preços sejam superiores aos praticados pelo mercado, ou fixados pelo Governo Federal, em se tratando de produtos sob o regime de tabelamento.

3.6. O preço ofertado permanecerá fixo e irremovível.

3.7. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados de sua apresentação, ficando suspenso em caso de recurso administrativo ou judicial.

3.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 5.9, deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) **Certificado de registro da empresa no sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atua na cadeia produtiva do turismo – CADASTUR – do Ministério do Turismo, dentro da validade, nos termos do artigo 30 da Lei Federal nº 11.771 de 17 de setembro de 2008.**
- g) **Cópia Autenticada da Licença para show/espetáculo pirotécnico emitida pela Polícia Civil, dentro do prazo de validade;**
- h) **Cópia Autenticada da Licença para Transporte de fogos de artifício, emitida pela Polícia Civil, dentro do prazo de validade**



i) Certificado de Registro (C.R.) do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro.

4.1.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1.2.1. Comprovação de capacidade técnico operacional de a Licitante ter executado serviços pertinentes e compatíveis com esta licitação, por meio de atestado (s) de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, com tempo de queima mínima de 05 (cinco) minutos; **(ITEM 01)**

4.1.2.2. Comprovação de capacidade técnico operacional de a Licitante ter executado serviços pertinentes e compatíveis com esta licitação, por meio de atestado (s) de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, com no mínimo 05 (cinco) embarcações marítimas e com tempo de queima mínima de 07 (sete) minutos; **(ITEM 02)**

4.1.2.3. Comprovação de capacidade técnico operacional de a Licitante ter executado serviços pertinentes e compatíveis com esta licitação, por meio de atestado (s) de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, com tempo de queima mínima de 10 (dez) minutos; **(ITENS 03 E 04)**

4.1.2.4. Capacidade técnico-profissional: Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado da empresa, que possui ou possuirá pelo menos 1 (um) profissional de nível superior (Engenheiro Químico ou Civil com especialização em segurança do trabalho) com registro junto ao órgão competente, 02 (dois) técnicos Blaster, com certidão expedida por órgão competente que possuam registros válidos, compatível com o objeto ora licitado, que deverão ser responsáveis técnicos pela execução dos serviços. **(TODOS OS ITENS)**

4.1.3. REGULARIDADE FISCAL

- a)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b)** Prova de Inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social, através de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Tributos Federais **(inclusive as contribuições sociais)** e Dívida Ativa da União - expedida pelo Ministério da Fazenda - Procuradoria Geral da Fazenda - Receita Federal do Brasil **(PORTARIA CONJUNTA RFB / PGFN Nº 1751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014).**



- d)** Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
- e)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- f)** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

4.1.4. REGULARIDADE TRABALHISTA

- a)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa.

4.1.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo termos de abertura e encerramento que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta;

4.1.5.1.1. Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº. 8.541, de 1992;

4.1.5.1.2. Os balanços e Demonstrações Contábeis devem ser extraídos do Livro Diário e conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

4.1.5.1.3. Caso a proponente seja Sociedade Anônima, as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei da S.A).

4.1.5.1.4. No caso de empresas que efetuaram a Escrituração Contábil pelo Sistema Público de Escrituração Digital deverá apresentar os seguintes documentos: Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário Eletrônico; Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício extraídos do Livro Diário Eletrônico, com o respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital nos termos do artigo 39 da Lei nº. 8.934/94.

4.1.5.1.5. Caso o capital social constante no Balanço Patrimonial seja diverso do constante do Contrato Social Consolidado, deverá ser apresentado Alteração do Contrato Social que comprove que o capital social constante no Balanço Patrimonial está correto.



4.1.5.2. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (ILC), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem **4.1.5.1**, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

4.1.5.3. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (ILG), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem **4.1.5.1**, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

4.1.5.4. Apresentação do cálculo do Índice de Solvência Geral (ISG), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem **4.1.5.1**, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

$$ISG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

4.1.5.5. A empresa licitante que não atingir um resultado igual ou superior ao previsto nos subitens **4.1.5.2**, **4.1.5.3** e **4.1.5.4**, deverá comprovar Capital Social registrado no respectivo órgão competente até a data desta licitação, ou patrimônio líquido mínimo, no(s) valor(es) mínimo(s) constante(s) na planilha abaixo (equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado unitário):

ITEM	VALOR
01	R\$ 19.005,75
02	R\$ 293.114,50
03	R\$ 27.646,25
04	R\$ 225.085,37

a) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b.1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.



b.2) Empresa em recuperação judicial deverá estar ciente que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

b.3) Empresa em recuperação extrajudicial deverá estar ciente que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

4.1.6. DECLARAÇÕES

4.1.6.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que (**ANEXO II.1**):

- a) Se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
- b) Atende todos os requisitos de Habilitação e que não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;

4.1.6.2. Quanto às microempresas ou empresa de pequeno porte: Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **ANEXO II.2** deste Edital, e/ou documentos comprobatórios emitidos através da Junta Comercial que informem a condição da licitante.

4.1.6.3. Declaração de Parentesco, conforme modelo estabelecido no **ANEXO II.3** deste Edital.

4.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DOS DOCUMENTOS

4.2.1. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

4.2.1.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração da contratação, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no subitem 4.1.3, alíneas "a" a "e" e 4.1.4, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

4.2.2. Na hipótese de não constar **prazo de validade nas PROCURAÇÕES** apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até **06 (seis) meses**, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

4.2.3. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.



4.2.3.1. Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro Termo de Ata, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

4.2.4. Os documentos referidos no item 4 e seus subitens, exceto os subitens 4.1.2 e 4.1.6, poderão ser substituídos por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande, pelo cadastro no CAUFESP, desde que em nome da licitante, com prazo de validade em vigor, com todos os documentos com seus respectivos prazos de validade em vigência e ainda com menção expressa do ramo de atividade que deve ser pertinente e compatível com o objeto da licitação.

4.2.4.1. Caso o objeto a ser contratado não esteja expresso no ramo de atividade do Certificado de Registro Cadastral, deverá a licitante juntar alteração do Contrato Social.

4.2.5. Ressaltamos que se as empresas possuírem o Certificado de Registro Cadastral válido, na forma do subitem 4.2.4, mas se algum documento/certidão estiver vencido, estes deverão ser anexados devidamente regularizados como complemento do Certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

4.2.5.1. Caso algum dos documentos de habilitação não conste no cadastro mencionado no item 4.2.4., a licitante deverá anexá-los devidamente regularizados como complemento do Certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

4.2.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

4.2.7. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

4.2.8. A licitante será inabilitada se deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los com irregularidades, em desacordo com o estabelecimento neste Pregão, não se admitindo complementação posterior.

5. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

5.1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro limitar-se-á ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) Que por ação da licitante ofertante, contenha elementos que permitam a sua identificação.



c.1) A inclusão de qualquer símbolo, marca ou outros elementos indicativos nas propostas ofertadas ou em seus respectivos anexos, que permitam ou possibilitem a identificação do licitante que a apresentou, implicará na desclassificação da proposta de preços, impedindo a continuidade da participação no procedimento licitatório. Visando evitar outra possibilidade de identificação do proponente nos arquivos enviados, seguir as instruções abaixo:

- Clicar no meu Arquivo;
- Clicar em Propriedades;
- Na aba Resumo, apagar as informações constantes nos campos Título, Autor e Empresa, as quais podem identificar o licitante e/ou a empresa.

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixado no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 300,00 (trezentos reais) e incidirá sobre o valor unitário do objeto.

5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.4.4.1. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

5.4.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.



5.4.5. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.

5.5. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.6. Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte que preencham as condições estabelecidas no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte que preencha as condições estabelecidas no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que preencham as condições estabelecidas no artigo 3º da lei Complementar nº. 123/2006, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.

5.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa ou empresa de pequeno porte que preencha as condições estabelecidas no artigo 3º da lei Complementar nº. 123/2006, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.6.4. Sempre que, em momento subsequente, a proposta melhor classificada não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes de o Pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos dos itens 5.6 e 5.6.1 a 5.6.3 do Edital, se for o caso.

5.7. Encerrada a fase de recebimento de lances, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o menor valor ou maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação.

5.8. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Órgão Gerenciador, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

5.8.2. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **ANEXO III** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.



5.8.2.1. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

5.8.2.2. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **ANEXO III**.

5.8.2.3. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.2, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

5.9. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;
- b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;
 - b.1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio eletrônico a serem fornecidos pelo pregoeiro.
 - c.1) Sem prejuízo do disposto nas alíneas "a", "b", "c", "d", e "e", deste subitem 5.9, serão apresentados, obrigatoriamente, por meio do sistema BEC/SP, por correio eletrônico, as declarações a que se refere o subitem 4.1.6, deste Edital.
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b", ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
- e) Os documentos eletrônicos de habilitação constantes no item 4, bem como os enviados na forma constante da alínea "c" produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel;
 - e.1) No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto na alínea "e" supra, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais



para que sejam autenticados por servidor da administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis, para que sejam autenticados por servidor da Administração.

- f)** Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 4.1.3, alíneas "a" a "e" e 4.1.4, deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
- g)** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;
- h)** Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

5.10. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissões de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

5.12. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do subitem 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 5.11, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 5.10 e 5.11.

5.13. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 5.10 e 5.11, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 5.11.

5.14. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 5.10 a 5.13, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que tratam os subitens 5.5 e 5.6, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

5.15. Encerrada a habilitação da licitante vencedora, a sessão pública será suspensa, pelo tempo necessário, a ser fixado pelo Pregoeiro, para que aquela licitante apresente os novos preços unitários, a partir do valor total final obtido no certame.



5.15.1. Esses novos preços serão apresentados pela licitante vencedora, no curso da própria sessão pública, por meio de correio eletrônico, em nova planilha, conforme modelo que constitui o **ANEXO III** a este Edital.

5.15.2. Se a licitante vencedora deixar de cumprir a obrigação estabelecida neste subitem, os preços unitários finais válidos para registro serão apurados pelo Pregoeiro, considerando os preços fornecidos nos moldes do subitem 5.8.1 ou com a aplicação de percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta e o valor final obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços unitários ofertados na referida proposta.

5.16. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, diligenciar para esclarecer dúvidas em relação à documentação apresentada pela licitante.

5.17. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

5.17.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

5.17.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

5.17.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado do certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no artigo 16 e 16-A do Decreto Municipal n.º 7.018/20, alterado pelo Decreto Municipal n.º 7.052/2020.

6. DO RECURSO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. Divulgado o vencedor ou saneada a irregularidade fiscal ou trabalhista nos moldes dos subitens 5.10 a 5.13, ou ainda, se for o caso, encerrado o julgamento da habilitação das demais participantes que concordaram em fornecer aos preços da vencedora do certame, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

6.2. Havendo a interposição de recurso, na forma indicada no subitem 6.1, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública e, às demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações na **Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy n.º. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.**

6.2.1. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, observados os prazos estabelecidos no subitem 6.2.



6.3. A falta de interposição do recurso na forma prevista no subitem 6.2 importará a decadência do direito de recurso, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

6.4. É condição para homologação, que a (s) Empresa (s) vencedora (s) do certame, apresente no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, no Kartódromo Municipal, situado na Rua José Bonifácio, s/n - Sítio do Campo, a execução da amostra para conferência da qualidade, segurança e precisão quanto aos efeitos, sob pena de desclassificação, onde serão adotados os seguintes procedimentos:

- A. A licitante deverá executar a amostra em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência deste edital, sendo as amostras conferidas antes da deflagração em sua embalagem original constando as informações técnicas do material. Caso a empresa não execute o teste da amostra, será automaticamente desclassificada do certame;**
- B. A amostra será submetida à análise e parecer de Profissional habilitado ou Comissão Especial ou outro meio que julgar apto, que emitirá um "laudo de certificação da amostra" atestando as indicativas descritas no presente termo;**
- C. Havendo necessidade de avaliação mais detalhada de qualquer etapa do processo e/ou nova avaliação do material pirotécnico apresentado pelo licitante, o órgão poderá exigir novos testes, como também prova documental da aquisição dos materiais, laudos técnicos de avaliação e aprovação de cada produto pirotécnico.**
- D. A realização da análise prévia da operação – "Teste de Fogos", conforme disposto no art. 75 da Lei nº 8.666/93, implicará na plena aceitação por parte do licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;**
- E. Aprovada a amostra, o licitante será declarado VENCEDOR e ficará obrigado a fornecer os produtos ofertados nas mesmas condições apresentadas, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste Edital;**
- F. O teste será acompanhado por no mínimo 03 (três) membros da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SECTUR e por profissional especializado, oportunidade na qual será filmado e fotografado.**

6.4.1. Procedimentos dos Testes:

- A. MATERIAL PIROTÉCNICO - Análise – Checagem do produto conforme as características (descritivo, quantidade de tubos, diâmetro e efeitos visuais) descritas no TERMO DE REFERÊNCIA e análise VISUAL do efeito descrito.**
- B. PROCEDIMENTO: DEFLAGRAÇÃO de pelo menos 01 (uma) ou mais peças de cada produto listado do item proposto, para conferência da qualidade, segurança e precisão quanto aos efeitos descritos:**



- C. Para fins de possibilidade a ampla participação do certame será aceita uma variação de 10% para mais ou para menos com relação ao diâmetro/polegadas – medição interna. Visando também proporcionar a ampla competitividade, serão aceitas variações na “escrita” dos nomes dos produtos em razão da tradução, do nome em português, do Fabricante, ou nome comercial, porém, o objeto descrito deve respeitar a similaridade com a especificação pirotécnica pretendida.**
- 6.4.2. Serão convidados para participar da sessão da análise das amostras, as empresas que participaram da sessão do certame licitatório.**
- 6.4.3. Qualquer licitante presente à sessão de análise das amostras poderá manifestar-se imediata e motivadamente na forma verbal, cuja fundamentação das razões deverá constar no Termo.**
- 6.5. A não apresentação dos testes, dentro do prazo estipulado ou sua reprovação, ensejará a desclassificação da proposta.**
- 6.6. Reprovada a avaliação da execução da Licitante, será convocada a segunda melhor classificada para apresentação da documentação, quando se realizará a avaliação do respectivo sistema, e assim sucessivamente, até que sejam atendidos todos os requisitos técnicos previstos no Termo de Referência (ANEXO I) e demais anexos do Edital.**
- 6.7. O julgamento será reduzido a termo, com a transcrição do relatório, indicando as licitantes desclassificadas; as classificadas e a licitante vencedora, bem como os fundamentos e motivos da escolha, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital.**
- 6.8. Caberá ao Pregoeiro encaminhar o processo administrativo para a autoridade competente para Homologação, cabendo a esta, a qualquer momento, revogar a presente licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação.**
- 6.8.1. Cumpre ainda, à secretaria interessada, o dever de anular esta licitação, em qualquer tempo ou fase, caso venha a ser constatada qualquer ilegalidade no seu procedimento ou no seu julgamento.**
- 6.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.**
- 6.10. Após a homologação o registro de preços observará as condições previstas no art. 12 do Decreto Municipal n.º 7.018/20.**

7. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 7.1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.**
- 7.2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:**



- a) Fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- b) Durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Constitui condição para assinatura da Ata de Registro de Preços:

8.1.1. **Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial:** apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da empresa, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo **e, ainda,** declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial;

8.1.2. **Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial:** apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

8.2. A classificada em primeiro lugar de cada item será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.

8.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato social e cédula de identidade.

8.4. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.5. Na hipótese de não atendimento à convocação, para assinatura da Ata de Registro de Preços ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Administração, desde que haja conveniência, proceder ao chamamento das demais licitantes, observada a ordem de classificação das propostas.

8.6. No ato da assinatura do Termo de Ata, o contratado se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que o presente estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja solicitado.

8.7. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

8.8. Quando o Licitante vencedor comparecer para a assinatura da Ata de Registro de Preços deverá fornecer endereço de e-mail, o qual terá a finalidade de receber o envio das Autorizações de Fornecimento.



9. DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O Termo de Ata a ser firmado entre o Município e o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame terá validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

9.2. O Município não se obriga a contratar exclusivamente pelo Registro de Preços, podendo cancelá-lo, ou promover licitação específica, quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso por parte da empresa.

10. DOS PREÇOS

10.1. Os preços unitários que vigorarão na Ata de Registro de Preços, serão os propostos pela licitante (s) vencedora (s) classificada (s) em primeiro lugar por item.

10.2. Os preços unitários referidos no item acima constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais objeto desta licitação, frete incluído, postos nos locais designados pela Unidade Requisitante.

10.3. Se, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração proceder à revisão dos mesmos ou instaurar novo procedimento licitatório, caso em que, obtendo preços inferiores, procederá à rescisão da Ata anterior.

10.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.5. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

11. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E DA CONTRATAÇÃO

11.1. Os pedidos que não ultrapassarem o valor de R\$176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) deverão ser formulados através de Autorização de Fornecimento a ser efetuada por este Município, que as enviará à empresa respectiva.

11.2. A empresa fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.3. Na hipótese da empresa detentora da ata de Registro de Preços se negar a receber o pedido, o mesmo deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido, na data do registro para todos os efeitos legais.

11.4. Os pedidos, cujos valores ultrapassem R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) decorrentes do Registro de Preços serão firmados diretamente com os órgãos ou entidades requisitantes, observadas as condições estabelecidas neste Edital e no que dispõe o artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/1993, e será formalizada através de Termo de Contrato (**ANEXO V**), pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos.



11.5. O Termo de Contrato é parte integrante deste Edital, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

11.6. O prazo para assinatura do contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação.

11.7. O não atendimento ao prazo estipulado para assinatura do contrato implicará na aplicação das penalidades previstas à detentora da Ata.

12. DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- 12.1. Os objetos da licitação deverão ser entregues e instalados em local determinado pela Prefeitura e conforme as especificações constantes no presente termo;
- 12.2. Os serviços de instalação dos materiais e equipamentos deverão ser instalados em até 01 (um) dia antes do evento.
- 12.3. Após a emissão da Autorização de Fornecimento a detentora da ata deverá se atentar a data de apresentação.
- 12.4. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência, que deverá disponibilizar técnicos habilitados para operação dos equipamentos para execução do objeto.
- 12.5. Como os eventos acontecem em lugar aberto ficando à mercê de dias chuvosos, o contratado deverá se responsabilizar por, após a instalação, cobrir os equipamentos de uma forma segura para que eles não danifiquem no momento da execução do objeto, prejudicando o acontecimento do show pirotécnico.
- 12.6. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos definidos na especificação e leis/normas vigentes.
- 12.7. Após a vistoria da CONTRATANTE fica proibido o acesso de qualquer funcionário da CONTRATADA aos locais e equipamentos que serão utilizados, sem a prévia autorização e acompanhamento da CONTRATANTE;
- 12.8. Os artifícios devem ser bem fixados de forma que não se movam sobre a embarcação durante o traslado e a deflagração do espetáculo, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros e Capitania dos Portos, no caso da apresentação embarcada;

12.9. DAS EMBARCAÇÕES RELACIONADOS AO SHOW EMBARCADO

12.9.1. As embarcações serão apresentadas aptas, licenciadas, homologadas e legalizadas perante os órgãos responsáveis de fiscalização e da Marinha do Brasil, seguindo os seguintes critérios:

- a.** Incumbir-se de apresentar a relação de todas as embarcações que serão utilizadas no evento a ser solicitado (balsas, rebocadores e embarcações de apoio) acompanhado de toda a documentação das mesmas (certificados e licenças válidas)
- b.** Apresentar laudo assinado por engenheiro Naval, com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) participando as condições seguras para as balsas realizarem a queima de fogos;
- c.** A Capitania dos Portos fará uma análise documental das balsas que realizarão as queimas de fogos, seguindo o previsto na legislação em vigor. Quando as balsas já estiverem fora de tráfego, serão realizadas vistorias das mesmas e nas mesmas embarcações de apoio e,



- posteriormente, com as balsas fundeadas no local do evento, a fim de verificar as posições de fundeio e condições gerais de segurança;
- d.** Nos tanques das Balsas não deverá haver qualquer vestígio de combustível. Os mesmos deverão ser esgotados de todo o combustível e completados com água ou retirados de bordo. Materiais de fácil combustão não deverão permanecer a bordo;
 - e.** As balsas não deverão ser tripuladas no momento da queima dos fogos. Antes do evento, somente está autorizado permanecer a bordo a equipe diretamente envolvida e durante a queima deverá ser mantida distância mínima de 400 metros da balsa;
 - f.** A equipes responsáveis pelas balsas deverão manter escuta permanente em VHF – canal 16, comunicando a Capitania dos Portos por VHF, qualquer acidente ou fato de navegação que tenha ocorrido durante o evento;
 - g.** Todos os tripulantes e profissionais não tripulantes embarcados por ocasião da instalação dos dispositivos pirotécnicos, deverão ter pleno conhecimento da localização dos coletes salva-vidas, boias e saídas de emergência, caso aplicável. Além dos demais meios de salvação existentes a bordo. Cabe ao proprietário divulgar as instruções pertinentes para todos os tripulantes, bem como anexar em local visível as recomendações;
 - h.** Deverá ser mantida uma embarcação, guarnecida e pronta, para atender qualquer emergência de reboque ou combate a incêndio;
 - i.** A balsa ou flutuante deverá ficar fundeada a uma distância segura, no mínimo 400 metros da praia, com a quantidade de amarra suficiente para garantir que não saia da posição do fundeio, resistindo as influências de corrente e vento. Os cabos de amarração deverão ser de aço na seção fora d'água. Os materiais infláveis ou que possam incendiar, tais como aparelhos, flutuantes, cabos, espias de nylon, polipropileno, etc., deverão ser retirados de bordo. Apenas os cabos de aço prontos para reboque ou cabresteira pronta, na borda da embarcação podem permanecer a bordo;
 - j.** Deverá ser cumprido o preconizado no Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar (RIPEAM), no que diz respeito às marcas e luzes de fundeio;
 - k.** Apresentar a Capitania, termo de responsabilidade assinado pelo responsável técnico da queima de fogos, com firma reconhecida, que inclua, explicitamente, a distância de segurança, fora da qual não há riscos para as embarcações e espectadores. Deverá ser informada a competência legal para exercer esta atividade (documento de habilitação ou capacitação técnica da empresa responsável), anexando cópia da documentação comprobatória emitida pelo órgão competente;
 - l.** Não deverá haver embarcações nas proximidades das balsas que efetuarão a queima de fogos. As embarcações deverão manter distância nas proximidades das balsas que efetuarão a queima de fogos. As embarcações deverão manter uma distância segura, conforme definido no item "i"
 - m.** As anteparas das balsas, bem como as superestruturas existentes para proteger motores e bombas durante a queima de fogos, não poderão ser de madeira compensado ou qualquer outro material combustível. As anteparas de madeira deverão ser substituídas por chapas metálicas ou material comprovadamente não combustível ou à prova de fogo;
 - n.** Os responsáveis pelas balsas deverão informar o posicionamento das mesmas, em coordenadas geográficas, observando a distância mínima de 400 metros da linha base da praia, constantes na carta náutica de maior escala. No dia do evento, as balsas deverão ser posicionadas por meio de equipamentos GPS, exatamente na posição divulgada anteriormente, registrando o ponto do dispositivo de fundeio à Capitania dos Portos;
 - o.** Tão logo possível, após o término do evento, as balsas deverão ser retiradas para seus locais de origem;



13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 13.1. O objeto da Ata de Registro de Preços será conferido pela Unidade Requisitante.
- 13.2. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente imediatamente após a execução, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo, firmado pelo fiscal do contrato.
- 13.3. A empresa é obrigada a reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte o objeto que conter vícios, defeitos ou incorreções, devidamente apontadas pelo fiscal do contrato, ou técnico por ele contratado, antes da realização do serviço, bem como substituir mão de obra que se mostre desqualificada para a prestação do serviço cumprida imediatamente, após a notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e na Lei.
- 13.4. A unidade requisitante deverá manter informada a empresa sobre o agendamento das apresentações com a maior antecedência possível;
- 13.5. Caso a apresentação seja cancelada pela **CONTRATANTE**, a menos de 03 (três) dias úteis do seu início, a **CONTRATANTE** poderá reagendar a apresentação para data futura, porém se não for possível ressarcirá tão somente as despesas decorrentes, desde que devidamente comprovadas;
- 13.6. O cancelamento por caso fortuito ou força maior isentará o Município de qualquer responsabilidade indenizatória para com terceiros;
- 13.7. A não apresentação do evento de modo injustificado exima o Município de Praia Grande de qualquer responsabilidade indenizatória para com terceiros, mas autoriza este Órgão Público a aplicar multa a **CONTRATADA**;
- 13.8. A apresentação a ser solicitada deverá atender os requisitos necessários a execução do evento;

14. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. DA EMPRESA:

- 14.1.1. Executar as pretensões dos serviços nos termos estabelecidos no Termo de Referência;
- 14.1.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal.
- 14.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos a execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;
- 14.1.4. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da **CONTRATANTE**;
- 14.1.5. Responsabilizar-se pelas despesas operacionais de locomoção de todos os equipamentos até o local do evento, assim como os impostos, taxas e emolumentos que vierem a ser necessários para execução do objeto, além de todas as taxas que incidirem sobre a realização do serviço, inclusive ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), assim como a responsabilidade de segurança com relação aos presentes no exercício;



- 14.1.6. Será de inteira responsabilidade do contratado o licenciamento (inclusive o pagamento de taxas) para realização dos shows junto aos órgãos competentes; (polícia civil, Corpo de Bombeiros, etc.);
- 14.1.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do objeto, nos termos da Lei vigente;
- 14.1.8. A empresa CONTRATADA deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução do serviço;
- 14.1.9. A empresa deverá fornecer materiais "sem estampidos", que atendam a legislação vigente;
- 14.1.10. Possibilitar, efetivamente, a supervisão e fiscalização da Prefeitura de Praia Grande, por meio da SECTUR, permitindo-lhe efetuar acompanhamento "in loco" em todas as fases (recebimento do material, montagem e desmontagem) e fornecer, sempre que solicitadas, as informações e documentos relacionados;
- 14.1.11. Para a CONTRATADA relacionados aos itens em TERRA, fica sob sua responsabilidade custos com montagens de estrutura para demarcação e segurança do local onde será realizado o SHOW.
- 14.1.12. A empresa deverá dar garantia de todo material fornecido ao contratante, devendo todos os itens estarem de acordo com a legislação vigente, normas da ABNT, diretrizes do Corpo de Bombeiros, Exército Brasileiro e demais órgãos competentes, sendo necessária à permanência de um funcionário da empresa contratada, respondendo pela estrutura montada e serviços durante o período dos eventos;
- 14.1.13. Na elaboração do projeto para o licenciamento do show deverá ser seguido fielmente as normas vigentes, do Corpo de Bombeiros do Estado, bem como das normas/orientações da Capitania dos Portos que tratam do objeto da licitação (show pirotécnico), bem como nas demais legislações/normas federais, estaduais e municipais que regem o objeto da presente contratação;
- 14.1.14. Deverá ser formalmente comunicado a SECTUR o local onde será depositado o produto para que seja efetuada a devida fiscalização e conferência dos produtos, seguindo os critérios da legislação/normas vigentes;
- 14.1.15. Os produtos a serem fornecidos pela empresa licitante deverão possuir os laudos de técnicos de avaliação e aprovação de cada produto técnico homologado pelo exército brasileiro, conforme portaria nº 08-D Log de 29 de outubro de 2008;
- 14.1.16. A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar do Contratado certificações, documentos e licenças de operações válidas, que comprovem aptidão da empresa para prestar os serviços contidos no Objeto desta contratação;
- 14.1.17. Os quantitativos de cada tipo de produto deverão estar embalados em embalagens blindados contra intempéries, em plástico transparente, de forma que permita a fácil fiscalização por parte da SECTUR e demais órgãos responsáveis;



- 14.1.18. Não serão aceitos o uso de grades de "madeira" para acoplamento dos tubos, sobre o convés das balsas, haja vista o grande risco de incêndio.
- 14.1.19. Serão de inteira responsabilidade da contratada a guarda e segurança de todos os equipamentos que serão utilizados na realização do show e deverão estar em conformidade com o que rege a legislação/normas técnicas em vigor;
- 14.1.20. Todos os profissionais envolvidos na execução do projeto deverão estar equipados com os EPI's compatíveis com o serviço a ser executado;
- 14.1.21. A contratada deverá providenciar filmagem e relatório fotográfico de todas as etapas do processo da montagem do fogos e do espetáculos de todos os pontos determinados pela administração, e após, deverá ser entregue em formato de PenDrive ou DVD juntamente com a nota fiscal dos serviços/ e venda dos produtos executados referente ao show pirotécnico.
- 14.1.22. Depois de montado, os produtos/equipamentos deverão ficar em área isolada com guarda corpo do público, placas de identificação da área protegida, devidamente guardados por Seguranças/Vigilantes, de acordo com o tamanho da área, em ambos os lados de acesso possível do público, em cada ponto destinado a realização do evento e também com proteção dos agentes da natureza, como chuva e umidade;
- 14.1.23. Deverá ser apresentado à SECTUR as vias originais das respectivas licenças e alvarás de autorização para realização do serviço, emitidos pelos órgãos competentes pela fiscalização, do Corpo de Bombeiros e da Capitania dos Portos, no caso específico dos fogos na Balsa;
- 14.1.24. O valor apresentado pela licitante deverá incluir todos os encargos tributários, fiscais, trabalhistas, previdenciários, impostos, contribuições sociais, fretes, seguros, bem como quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre a prestação de serviços;
- 14.1.25. Ficará a cargo da contratada a responsabilidade pela elaboração da planta de disposição dos equipamentos nos pontos determinados. A referida planta deverá ser elaborada e assinada por profissional competente e entregue aos órgãos competentes pelo licenciamento do evento na qual deverá atender as normas vigentes.
- 14.1.26. Indicar em até 02 dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, quem será o preposto da contratada junto a Prefeitura de Praia Grande;
- 14.1.27. Apresentar em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, cópia autenticada ou original, da Apólice de Seguro do espetáculo a ser realizado com cobertura de responsabilidade civil no valor mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por ponto de espetáculo;
- 14.1.28. Apresentar em até 05 (cinco) dias uteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, referente a execução do show pirotécnico;
- 14.1.29. Apresentar em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento cópia de certidão expedida pelo órgão competente que possua registro válido do Técnico Blaster, bem como do Engenheiro indicado, responsável pela execução do show pirotécnico;



- 14.1.30. As inobservâncias das exigências dos subitens anteriores serão passíveis de glosa de nota Fiscal e aplicação das sanções previstas no edital.
- 14.1.31. Será de responsabilidade da CONTRATADA o preparo e a limpeza prévia e posterior do local de montagem, bem como o isolamento e a guarda desta área.
- 14.1.32. Deverá estar incluso todas as despesas com equipe técnica, seguros, equipe de apoio e segurança, alimentação, taxas, dentre outros serviços que fizerem necessários a execução e realização dos shows.

14.2. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:

- 14.2.1. Designar formalmente servidor (es) especialmente designado para acompanhar a execução e fiscalização dos serviços contratados, na forma do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, comunicando à empresa vencedora e, quando necessário, exigir a correção de falhas ou defeitos observados nas etapas de execução do objeto;
- 14.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa vencedora, para a perfeita execução dos serviços;
- 14.2.3. Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço executado fora das especificações constantes neste Termo de Referência e no contrato firmado;
- 14.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 14.2.5. Atestar a Nota Fiscal/Fatura relativa à efetiva prestação dos serviços, para posterior pagamento, segundo as previsões contratuais;
- 14.2.6. Cumprir os compromissos financeiros/pagamentos assumidos com o fornecedor segundo os prazos estabelecidos no contrato firmado e os termos da proposta, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste Termo de Referência;
- 14.2.7. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações especialmente do Termo de Referência.

15. DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo do objeto da licitação e da documentação fiscal, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária:

- a) Atestado de recebimento e aprovação do serviço pela Unidade Requisitante;
- b) Primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal – Fatura



15.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

15.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente ou excepcionalmente na Secretaria de Finanças, a critério desta.

15.4. Quaisquer pagamentos não isentarão a empresa das responsabilidades contratuais, nem aceitação dos equipamentos.

15.5. Não haverá atualizações ou compensações financeiras a qualquer título ou hipótese.

15.6. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível a detentora, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA – IBGE vigente à época ou outra que legalmente o substitua ou representa, calculado *pro rata die*.

15.7. O aceite definitivo só será realizado na nota fiscal após a realização de vistoria pela Unidade Técnica e recebimento do comprovante de arrecadação junto ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Direitos Autorais).

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e nº. 10520/2002 e do Decreto Municipal nº. 3593/2003, a licitante/adjudicatária que:

- a)** ensejar o retardamento da execução do certame;
- b)** não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato (ou a Ata de Registro de Preços), quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- c)** apresentar documentação falsa;
- d)** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e)** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f)** não manter a proposta;
- g)** cometer fraude fiscal;
- h)** comportar-se de modo inidôneo.

16.1.1. A Licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item (s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
- c)** impedimento de licitar e de contratar com o Município de Praia Grande/SP pelo prazo de até cinco anos.

16.1.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.



16.2. Comete infração administrativa nos termos das Leis Federais nº.s 8.666/1993 e 10.520/2002, e do Decreto Municipal nº. 3593/2003, a Contratada/Detentora que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência do contrato (ou da Ata de Registro de Preços);
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato/ Ata de Registro de Preços;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.

16.2.1. A Contratada/Detentora que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

- a) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- b) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato/autorização de fornecimento, no caso de inexecução total do objeto;
- c) **Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato/autorização de fornecimento, no caso de inexecução relativos ao material em discrepância relativa ao objeto;**
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Praia Grande/SP pelo prazo de até cinco anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada/Detentora ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

16.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



16.4.1. A relação familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau) com servidor público municipal ou entre os sócios das empresas licitantes, bem como a identidade de sócios entre as empresas licitantes, são elementos que podem levar à conclusão de comportamento inidôneo (conforme modelo de declaração - **ANEXO II.3**).

16.4.2. As licitantes deverão informar, nos termos do art. 9º da Lei Federal 8.666/1993, se há ou não integrante do seu quadro societário que guarde relação familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau) com servidor público municipal.

16.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nas Leis Federais nº.s 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto Municipal nº. 3593/2003 e subsidiariamente (e no que couber) a Lei Federal nº. 9.784/1999.

16.7. O Município aplicará, no que couber, a Instrução Normativa nº. 1/2017 da Secretaria-Geral da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União (nº. 198) em 16.10.2017.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança respectiva pela EMPRESA. A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a EMPRESA detentora do Contrato tenha a receber da PEBPG. Não havendo pagamento pela EMPRESA, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a EMPRESA detentora ao processo executivo.

16.10. Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidas pela Contratada, serão atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA-IBGE, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado *pro rata die* e acrescido de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano.

16.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Portal da Transparência e no Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

17. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

17.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

17.1.2. Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



17.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

17.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

17.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

17.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

17.3.1. por razões de interesse público ou

17.3.2. no pedido do fornecedor.

17.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 18.1. será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

17.5. Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, considerando-se cancelado o preço registrado a partir desta publicação.

17.6. A solicitação da empresa para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. É dever da detentora junto ao Município regularizar, antes da emissão da nota fiscal, qualquer tipo de alteração que sofrer o seu contrato social. Para tanto, deverá comparecer à **SEÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES**, localizada no Paço Municipal, sito Avenida Presidente Kennedy nº. 9.000 - 1º andar, munida dos documentos que formalizam a alteração.

18.1.1. Em caso de não cumprimento do subitem acima, ficará suspenso o pagamento do objeto deste Edital até a sua respectiva regularização.

18.2. É dever da Fornecedora manter o e-mail fornecido, no ato de assinatura da Ata de Registro de Preços, para a finalidade de envio das Autorizações de Fornecimento, caso seja necessário alterá-lo o Órgão Gerenciador deverá ser comunicado imediatamente, com confirmação de recebimento.

18.2.1. Se o Órgão Gerenciador não for comunicado da alteração do e-mail disponibilizado para envio das Autorizações de Fornecimento, ficando impossibilitado de enviar as Autorizações de Fornecimento, será considerado como recusa de recebimento de Autorização de Fornecimento e estará sujeito a penalidades.



18.3. Fica a licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

18.3.1. A relação familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau) com servidor público municipal ou entre os sócios das empresas licitantes, bem como a identidade de sócios entre as empresas licitantes, são elementos que podem levar à conclusão de comportamento inidôneo (conforme modelo de declaração – **ANEXO II.3**).

18.4. As interessadas devem ter pleno conhecimento das disposições constantes do Edital, bem como, de todas as condições gerais, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo, da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento da Ata de Registro de Preços.

18.5. Os ajustes, suas alterações e rescisão obedecerão ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/1993 e alterações posteriores.

18.6. Corre por conta da vencedora qualquer prejuízo causado ao objeto, ao Município e a terceiros.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão, serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

19.3. O sistema manterá sigilo quanto a identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

19.4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente no Diário Oficial do Estado de São Paulo e, quando houver recurso Federal, no DOU, bem como nos sítios eletrônicos www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br opção "pregão eletrônico".

19.5. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

19.5.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações será formulada em campo próprio do sistema, encontrado na opção Edital.

19.5.2. As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestadas pelo pregoeiro, no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para a abertura da Sessão Pública.

19.5.3. As respostas das impugnações serão publicadas somente no Diário Oficial do Estado de São Paulo e, quando houver recurso federal, no Diário Oficial da União, bem como no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, www.praiagrande.sp.gov.br.



19.5.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

19.5.5. Não sendo solicitados esclarecimentos e/ou informações no prazo estabelecido acima, presumir-se-á que os elementos constantes do presente Edital e suas partes integrantes, são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados neste Pregão Eletrônico.

19.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC.

19.7. O Município, na salvaguarda de seus interesses e conveniências, poderá solicitar e as licitantes obrigam-se a prestar, todos os esclarecimentos necessários, quer através de documentos ou de sindicâncias e verificações "in loco", visando aferir a capacidade técnica e administrativa destas, podendo, ainda, promover diligências nos termos previstos no parágrafo terceiro do artigo 43, da Lei n.º 8.666/1993.

19.8. O Pregoeiro poderá solicitar assessoria técnica de quaisquer outros departamentos da Prefeitura ou de terceiros, em qualquer fase deste procedimento licitatório, bem como lhe fica assegurado o direito de, se assim julgar necessário ou conveniente, visitar as dependências das licitantes, para nelas verificar as condições de trabalho e de atendimento às exigências deste Edital.

19.9. O Pregoeiro poderá no decorrer do procedimento licitatório, inclusive na fase de análise de documentação de habilitação e propostas, solicitar análise e manifestação de uma assessoria jurídica e/ou contábil para embasar as suas decisões.

19.10. A empresa se obriga a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação.

19.11. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

20. DOS ANEXOS

- 20.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 20.2. Anexo II – Modelos de Declarações;
- 20.3. Anexo III – Modelo de Proposta;
- 20.4. Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 20.5. Anexo V – Minuta de Contrato;

Praia Grande, 16 de novembro de 2022.

Maurício da Silva Petiz
Secretário Municipal de cultura e Turismo



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

FLS. 303 DO PROC.
Nº 1758/2022

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO, COM FORNECIMENTOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO "SEM ESTAMPIDOS", INCLUINDO LOCAÇÃO DE BALSAS VISANDO ATENDER AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, DE ACORDO COM A(S) DESCRIÇÃO(ÕES) PREVISTA(S) NO EDITAL E SEUS ANEXOS"

Justificativa: Justifica-se a contratação dos serviços de terceiros para a organização, produção e realização do "SHOW PIROTÉCNICO, COM FORNECIMENTOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO "SEM ESTAMPIDOS", INCLUINDO LOCAÇÃO DE BALSAS VISANDO ATENDER AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE" mediante fornecimento de material e mão de obra de profissional, a fim de proporcionar entretenimento e festividade a toda comunidade.

Com isso, toda a cadeia turística é influenciada positivamente, como hotéis, restaurantes e empresas de transportes, gerando o incremento na economia do município com os gastos dos turistas nesta época do ano, que grande parte, prolongam sua estadia em Praia Grande.

A pretensa contratação irá promover um momento de conagração entre as milhares de pessoas que tradicionalmente buscam nossa cidade para se confraternizarem no momento da passagem do ano bem como nas diversas festividade como Natal Encantado, Aniversário da Cidade e tantos outros. O objetivo é proporcionar ao munícipes e turistas um show pirotécnico com queima de fogos de artifício de "baixo ruído", garantindo um belo e moderno espetáculo para essas festividades, com padrão máximo de segurança.

Justificativa para utilização do SRP (Sistema de Registro de Preço):

Para a garantia da perfeita execução dos serviços almejados é necessário que o critério de julgamento seja adotado preferencialmente na forma de menor valor unitário. Assim, pela natureza do objeto e podendo a execução dos serviços ser variável de acordo com a demanda a ser requisitada à época de sua realização, não foi possível definir previamente o quantitativo que será demandado pela Administração para a presente contratação, já que o projeto inicial foi elaborado considerando condições normais, definiu-se que a contratação deverá ser processada por meio de registro de preços, a depender da demanda em razão da conveniência e oportunidade futura. Os quantitativos totais expressos neste termo são estimativos e representam a previsão do Município conforme evento de anos anteriores.

Diante todo o exposto e em conclusão foi justificado que a pretensão do projeto em comento é proporcionar aos moradores e visitantes do Município de Praia Grande, a contemplação da cidade, de sua história e cultura, oferecendo a todos a oportunidade de confraternização e celebração.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

FLS. 304 DO PROC.
Nº 1758/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico

Valores de referência:

Número da Oferta de Compra: 855800801002022OC00380

ITEM	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL	CÓDIGO BEC
01	02	R\$ 190.057,50	R\$ 380.115,00	25763-0
02	10	R\$ 586.229,00	R\$ 5.862.290,00	28242-1
03	02	R\$ 276.462,50	R\$ 552.925,00	25764-8
04	10	R\$ 450.170,75	R\$ 4.501.707,50	25765-6

Valor Estimado Global: R\$ 11.297.037,50 (Onze milhões e duzentos e noventa e sete mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

- Os licitantes ficam cientes que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item BEC mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto, especificações técnicas, unidade de medida e outras informações existentes neste Edital e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus Anexos.
- A licitante deve atentar para a descrição do objeto constante do edital e seus anexos e não do item da BEC.

Dotações Orçamentárias:

SECRETARIAS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SECTUR	19.02.00/23.695.3003.2216/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Prazo de validade da Ata de Registro de Preços: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

FLS. 305 DO PROC.
Nº 1758/2022

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 01 - SHOW PIROTÉCNICO COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 10 MINUTOS (EM TERRA)					
ITEM	QUANT	UNID	SHOW PIROTECNICO COM TEMPO APROXIMADO DE 10 MINUTOS (EM TERRA)	ANGULAÇÃO	TIPO DE EFEITO
1	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 19TUBOS - 30MM	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
2	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 25TUBOS - 30MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
3	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 36TUBOS - 30MM	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
4	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 49TUBOS - 30MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
5	02	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 80TUBOS - 20MM	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
6	02	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 90TUBOS - 30 MM CRISANTEMOS SORTIDOS EFEITO Z	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
7	02	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 100 TUBOS - 20MM - VERTICAL	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
8	02	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 100 TUBOS - 30MM - VERTICAL E EM Z	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
9	02	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 125 TUBOS - 30MM - LEQUE	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
10	02	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 130 TUBOS - 30MM - LEQUE	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
11	02	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 138 TUBOS - EFEITO LEQUE	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

FLS. 306 DO PROC.
Nº 1758/2022

			DE CORES SORTIDAS 30MM		
12	02	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 240 TUBOS - EFEITOS SORTIDOS 20MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
13	02	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 300 TUBOS - EFEITO Z TRAÇANTE CORES DIVERSAS 20MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
14	02	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 338'S - ASSORTED EFFECTS BIG SIZE	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
15	02	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 450 TUBOS - 12MM - LEQUE	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
16	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 100 - SORTIDOS COM EFEITOS COLORIDOS	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
17	300	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 3 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
18	150	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 4 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
19	60	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 5 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
20	30	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 6 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
21	10	PEÇAS	FAN ROW CAKE 13 TUBOS - 30 MM COM EFEITOS COLORIDOS	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS

ITEM 02 - SHOW PIROTÉCNICO COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 15 MINUTOS (EMBARCADO) INCLUINDO A Balsa MAIS APOIO

ITEM	QUANT	UNID	SHOW PIROTECNICO COM TEMPO APROXIMADO DE 15MINUTOS (EMBARCADO) INCLUINDO A Balsa E APOIO	ANGULAÇÃO	TIPO DE EFEITO
1	3	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 90TUBOS - 30 MM CRISANTEMOS	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

FLS. 307 DO PROC.
Nº 1758/2022

			SORTIDOS EFEITO Z		
2	3	PEÇAS	CONJUNTO DE MÚLTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 100TUBOS - 30MM - VERTICAL E EM Z	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
3	3	PEÇAS	CONJUNTO DE MÚLTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 125TUBOS - 30MM - LEQUE	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
4	3	PEÇAS	CONJUNTO DE MÚLTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 130TUBOS - 30MM - LEQUE	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
5	3	PEÇAS	CONJUNTO DE MÚLTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 138TUBOS - EFEITO LEQUE DE CORES SORTIDAS 30MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
6	3	PEÇAS	CONJUNTO DE MÚLTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 300TUBOS - EFEITO Z TRAÇANTE CORES DIVERSAS 20MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
7	3	PEÇAS	CONJUNTO DE MÚLTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 338 S - ASSORTED EFFECTS BIG SIZE	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
8	320	PEÇAS	CANDELAS BLUE YELLOW GREEN RED SILVER MINE DE 1,20" COM EFEITOS COLORIDOS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
9	64	PEÇAS	CANDELAS RED COMET / RED MINE DE 45 MM COM EFEITOS COLORIDOS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
10	40	PEÇAS	CANDELAS ROMANAS DE 2" COM 8 DISPAROS CORES DIVERSAS COM EFEITOS COLORIDOS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
11	45	PEÇAS	CANDELAS ROMANAS DE 3" COM 6 DISPAROS CORES DIVERSAS COM EFEITOS COLORIDOS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
12	200	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 3 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
13	200	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 4 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
14	150	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 5 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
15	150	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 6 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
16	20	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 8 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

FLS. 308 DO PROC.
Nº 1758/2022

17	10	PEÇAS	FAN ROW CAKE 13 TUBOS - 30 MM COM EFEITOS COLORIDOS	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
18	10	PEÇAS	FAN ROW CAKE 19 TUBOS - 30 MM COM EFEITOS COLORIDOS	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
19	01	UNID	FLUTUANTE COM 03 (TRÊS) ÂNCORAS, COM CAPACIDADE DE SUPORTAR/CARREGAR 05 TONELADAS, COM MEDIDAS MÍNIMA DE 18X07 METROS E MÁXIMO DE 45X15 METROS		
20	01	UNID	REBOCADOR QUE FICARÁ SOB MÁQUINAS, DESDE AS MOBILIZAÇÕES ATÉ AS DESMOBILIZAÇÕES		
21	01	UNID	EMBARCAÇÃO DE APOIO PARA EMERGÊNCIA		

ITEM 03 - SHOW PIROTÉCNICO COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 16 MINUTOS (EM TERRA)					
ITEM	QUANT	UNID	SHOW PIROTECNICO COM TEMPO APROXIMADO DE 16MINUTOS (EM TERRA)	ANGULAÇÃO	TIPO DE EFEITO
1	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 19TUBOS - 30MM	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
2	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 25TUBOS - 30MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
3	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 36TUBOS - 30MM	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
4	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 49TUBOS - 30MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
5	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 80TUBOS - 20MM	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
6	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 90TUBOS - 30 MM CRISANTEMOS SORTIDOS EFEITO Z	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
7	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 100TUBOS - 20MM - VERTICAL	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

FLS. 309 DO PROC.
Nº 1758/2022

8	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 100TUBOS - 30MM - VERTICAL E EM Z	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
9	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 125TUBOS - 30MM - LEQUE	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
10	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 130TUBOS - 30MM - LEQUE	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
11	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 138TUBOS - EFEITO LEQUE DE CORES SORTIDAS 30MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
12	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 240TUBOS - EFEITOS SORTIDOS 20MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
13	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 300TUBOS - EFEITO Z TRAÇANTE CORES DIVERSAS 20MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
14	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 338'S - ASSORTED EFFECTS BIG SIZE	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
15	03	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 450TUBOS - 12MM - LEQUE	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
16	10	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 100 -SORTIDOS COM EFEITOS COLORIDOS	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
17	120	PEÇAS	CANDELAS BLUE YELLOW GREEN RED SILVER MINE DE 1,20" COM EFEITOS COLORIDOS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
18	15	PEÇAS	CANDELAS ROMANAS DE 3" COM 6 DISPAROS CORES DIVERSAS COM EFEITOS COLORIDOS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
19	300	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 3 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
20	250	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 4 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
21	90	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 5 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
22	60	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 6 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

FLS. 310 DO PROC.
Nº 1758/2022

23	20	PEÇAS	FAN ROW CAKE 13 TUBOS - 30 MM COM EFEITOS COLORIDOS	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
----	----	-------	-----------------------------------------------------	-------	----------------

ITEM 04 - SHOW PIROTÉCNICO COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 22 MINUTOS (EM TERRA)					
ITEM	QUANT	UNID	SHOW PIROTECNICO COM TEMPO APROXIMADO DE 22MINUTOS (EM TERRA)	ANGULAÇÃO	TIPO DE EFEITO
1	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 19TUBOS - 30MM	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
2	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 25TUBOS - 30MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
3	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 36TUBOS - 30MM	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
4	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 49TUBOS - 30MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
5	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 80TUBOS - 20MM	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
6	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 90TUBOS - 30 MM CRISANTEMOS SORTIDOS EFEITO Z	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
7	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 100TUBOS - 20MM - VERTICAL	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
8	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 100TUBOS - 30MM - VERTICAL E EM Z	VERTICAL	SEM ESTAMPIDOS
9	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 125TUBOS - 30MM - LEQUE	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
10	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 130TUBOS - 30MM - LEQUE	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
11	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 138TUBOS - EFEITO LEQUE DE	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

FLS. 311 DO PROC.
Nº 1758/2022

			CORES SORTIDAS 30MM		
12	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 240TUBOS - EFEITOS SORTIDOS 20MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
13	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 300TUBOS - EFEITO Z TRAÇANTE CORES DIVERSAS 20MM	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
14	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 338'S - ASSORTED EFFECTS BIG SIZE	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
15	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 450TUBOS - 12MM - LEQUE	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
16	04	PEÇAS	CONJUNTO DE MULTIPLOS TUBOS TIPO CAKES/TORTAS 100 TBS -SORTIDOS COM EFEITOS COLORIDOS	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
17	300	PEÇAS	CANDELAS BLUE YELLOW GREEN RED SILVER MINE DE 1,20" COM EFEITOS COLORIDOS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
18	500	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 3 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
19	400	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 4 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
20	150	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 5 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
21	90	PEÇAS	BOMBAS/MORTEIROS DE 6 POLEGADAS CORES SORTIDAS	VERTICAL/LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
22	30	PEÇAS	FAN ROW CAKE 13 TUBOS - 30 MM COM EFEITOS COLORIDOS	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS
23	30	PEÇAS	FAN ROW CAKE 19 TUBOS - 30 MM COM EFEITOS COLORIDOS	LEQUE	SEM ESTAMPIDOS



ANEXO II - DECLARAÇÕES

ANEXO II.1

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.6.1. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

_____ (nome completo), representante legal da empresa _____
(denominação), interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 246/2022, Processo n.º 1.758/2022,
do _____ (órgão licitante), DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- (a) a empresa acima descrita encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- (b) atende todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)



ANEXO II.2

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.6.2. DO EDITAL.

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ _____ é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, bem como inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação, comprometendo-se ainda, a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos da lei, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório do Pregão Eletrônico n.º 246/2022, realizado pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)



ANEXO II.3

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.6.3. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____,
por intermédio de seu representante da empresa legal o (a) Sr (a) _____,
portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº.
_____, DECLARA que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

FLS. 315 DO PROC.
Nº 1758/2022

ANEXO III – PLANILHA PROPOSTA

Número da Oferta de Compra: 855800801002022OC00380

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM	CÓDIGO BEC
01	SHOW PIROTÉCNICO COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 10 MINUTOS (EM TERRA)	UNID.	02			25763-0
02	SHOW PIROTÉCNICO COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 15 MINUTOS (EMBARCADO INCLUINDO A Balsa)	UNID.	10			28242-1
03	SHOW PIROTÉCNICO COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 16 MINUTOS (EM TERRA)	UNID.	02			25764-8
04	SHOW PIROTÉCNICO COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 22 MINUTOS (EM TERRA)	UNID.	10			25765-6

- Os licitantes ficam cientes que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item BEC mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto, especificações técnicas, unidade de medida e outras informações existentes neste Edital e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus Anexos.
- A licitante deve atentar para a descrição do objeto constante do edital e seus anexos e não do item da BEC.

O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados de sua apresentação, ficando suspenso em caso de recurso administrativo ou judicial.

_____, aos ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante e Carimbo da Empresa



ANEXO IV – MINUTA DA ATA

"TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO, COM FORNECIMENTOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO DE "SEM ESTAMPIDOS", INCLUINDO LOCAÇÃO DE BALSAS VISANDO ATENDER AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, DE ACORDO COM A(S) DESCRIÇÃO(ÕES) PREVISTA(S) NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA _____."

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e dois, na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do Município da Estância Balneária de Praia Grande, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº. 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achava o senhor **MAURÍCIO DA SILVA PETIZ**, titular da Secretaria de Cultura e Turismo, por atribuição conferida através inciso XXXVII do artigo 78, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominado **MUNICÍPIO**, e do outro lado compareceu o senhor,, portador da Cédula de Identidade RG nº. e CPF/MF nº., neste ato representando a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº., localizada à, doravante denominada **DETENTORA**, e por ele foi dito que assina o presente **TERMO DE ATA DE "REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO, COM FORNECIMENTOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO "SEM ESTAMPIDOS", INCLUINDO LOCAÇÃO DE BALSAS VISANDO ATENDER AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, DE ACORDO COM A(S) DESCRIÇÃO(ÕES) PREVISTA(S) NO EDITAL E SEUS ANEXOS"**, oriundo de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº. 246/2022 - Registro de Preços, no processo administrativo nº. **1758/2022**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: Registro de Preços para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO, COM FORNECIMENTOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO DE "SEM ESTAMPIDOS", INCLUINDO LOCAÇÃO DE BALSAS VISANDO ATENDER AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, DE ACORDO COM A(S) DESCRIÇÃO(ÕES) PREVISTA(S) NO EDITAL E SEUS ANEXOS** ao **MUNICÍPIO** dos serviços relacionados na planilha de preços, constante no **ANEXO I** do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS: Os preços unitários que vigorarão inicialmente nesta Ata de Registro de Preços, são os constantes abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO (*)	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
ITEM I			
01			

(*) A descrição completa dos itens encontra-se no **ANEXO I** do Edital.



PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo fornecimento do serviço objeto desta Ata de Registro de Preços, frete incluído, posto nos locais designados pela Unidade Requisitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá ao **MUNICÍPIO** proceder à revisão dos mesmos ou instaurar novo procedimento licitatório, caso em que, obtendo preços inferiores, procederá à rescisão da Ata anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

PARÁGRAFO QUARTO: A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VALIDADE: O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – O **MUNICÍPIO** não se obriga a contratar exclusivamente pelo Registro de Preços, podendo cancelá-lo, ou promover licitação específica, quando julgar conveniente, nos termos de legislação pertinente, sem que caiba recurso por parte da **DETENTORA**.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela **DETENTORA**, no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento definitivo do objeto da licitação e da documentação fiscal, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária, conforme segue:

- a) Atestado de recebimento e aprovação do material pela Unidade Requisitante;
- b) 1ª via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal - Fatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura na unidade requisitante e mediante ordem de pagamento emitida pelo **MUNICÍPIO**, através da rede bancária, para o que a **DETENTORA** deverá fazer constar da nota fiscal a indicação da agência (com número/endereço) e número da conta corrente no banco.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quaisquer pagamentos não isentarão a **DETENTORA** das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não haverá atualizações ou compensações financeiras em hipótese alguma.

PARÁGRAFO QUARTO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **DETENTORA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA-IBGE Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado *pro rata die*.



PARÁGRAFO QUINTO: O aceite definitivo só será realizado na nota fiscal de serviço após a realização de vistoria pela Unidade Técnica e recebimento do comprovante de arrecadação junto ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Direitos Autorais).

CLÁUSULA SEXTA – PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os objetos da licitação deverão ser entregues e instalados em local determinado pelo **MUNICÍPIO** e conforme as especificações constantes no presente termo;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços de instalação dos materiais e equipamentos deverão ser instalados em até 01 (um) dia antes do evento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após a emissão da Autorização de Fornecimento a **DETENTORA** da ata deverá se atentar a data de apresentação.

PARÁGRAFO QUARTO - A **DETENTORA** deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência, que deverá disponibilizar técnicos habilitados para operação dos equipamentos para execução do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO - Como os eventos acontecem em lugar aberto ficando à mercê de dias chuvosos, a **DETENTORA** deverá se responsabilizar por, após a instalação, cobrir os equipamentos de uma forma segura para que eles não danifiquem no momento da execução do objeto, prejudicando o acontecimento do show pirotécnico.

PARÁGRAFO SEXTO - Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos definidos na especificação e leis/normas vigentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Após a vistoria do **MUNICÍPIO** fica proibido o acesso de qualquer funcionário da **DETENTORA** aos locais e equipamentos que serão utilizados, sem a prévia autorização e acompanhamento do **MUNICÍPIO**;

PARÁGRAFO OITAVO - Os artifícios devem ser bem fixados de forma que não se movam sobre a embarcação durante o traslado e a deflagração do espetáculo, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros e Capitania dos Portos, no caso da apresentação embarcada;

PARÁGRAFO NONO - DAS EMBARCAÇÕES RELACIONADOS AO SHOW EMBARCADO

I - As embarcações serão apresentadas aptas, licenciadas, homologadas e legalizadas perante os órgãos responsáveis de fiscalização e da Marinha do Brasil, seguindo os seguintes critérios:

II - Incumbir-se de apresentar a relação de todas as embarcações que serão utilizadas no evento a ser solicitado (balsas, rebocadores e embarcações de apoio) acompanhado de toda a documentação das mesmas (certificados e licenças válidas)



III - Apresentar laudo assinado por engenheiro Naval, com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) participando as condições seguras para as balsas realizarem a queima de fogos;

IV - A Capitania dos Portos fará uma análise documental das balsas que realizarão as queimas de fogos, seguindo o previsto na legislação em vigor. Quando as balsas já estiverem fora de tráfego, serão realizadas vistorias das mesmas e nas mesmas embarcações de apoio e, posteriormente, com as balsas fundeadas no local do evento, a fim de verificar as posições de fundeio e condições gerais de segurança;

V - Nos tanques das Balsas não deverá haver qualquer vestígio de combustível. Os mesmos deverão ser esgotados de todo o combustível e completados com água ou retirados de bordo. Materiais de fácil combustão não deverão permanecer a bordo;

VI - As balsas não deverão ser tripuladas no momento da queima dos fogos. Antes do evento, somente está autorizado permanecer a bordo a equipe diretamente envolvida e durante a queima deverá ser mantida distância mínima de 400 metros da balsa;

VII - A equipes responsáveis pelas balsas deverão manter escuta permanente em VHF – canal 16, comunicando a Capitania dos Portos por VHF, qualquer acidente ou fato de navegação que tenha ocorrido durante o evento;

VIII - Todos os tripulantes e profissionais não tripulantes embarcados por ocasião da instalação dos dispositivos pirotécnicos, deverão ter pleno conhecimento da localização dos coletes salva-vidas, boias e saídas de emergência, caso aplicável. Além dos demais meios de salvatagem existentes a bordo. Cabe ao proprietário divulgar as instruções pertinentes para todos os tripulantes, bem como anexar em local visível as recomendações;

IX - Deverá ser mantida uma embarcação, guarnecida e pronta, para atender qualquer emergência de reboque ou combate a incêndio;

X - A balsa ou flutuante deverá ficar fundeada a uma distância segura, no mínimo 400 metros da praia, com a quantidade de amarra suficiente para garantir que não saia da posição do fundeio, resistindo as influências de corrente e vento. Os cabos de amarração deverão ser de aço na seção fora d'água. Os materiais infláveis ou que possam incendiar, tais como aparelhos, flutuantes, cabos, espas de nylon, polipropileno, etc., deverão ser retirados de bordo. Apenas os cabos de aço prontos para reboque ou cabresteira pronta, na borda da embarcação podem permanecer a bordo;

XI - Deverá ser cumprido o preconizado no Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar (RIPEAM), no que diz respeito às marcas e luzes de fundeio;

XII - Apresentar a Capitania, termo de responsabilidade assinado pelo responsável técnico da queima de fogos, com firma reconhecida, que inclua, explicitamente, a distância de segurança, fora da qual não há riscos para as embarcações e espectadores. Deverá ser informada a competência legal para exercer esta atividade (documento de habilitação ou capacitação técnica da empresa responsável), anexando cópia da documentação comprobatória emitida pelo órgão competente;

XIII - Não deverá haver embarcações nas proximidades das balsas que efetuarão a queima de fogos. As embarcações deverão manter distância nas proximidades das balsas que efetuarão a queima de fogos. As embarcações deverão manter uma distância segura, conforme definido no item "i"



XIV - As anteparas das balsas, bem como as superestruturas existentes para proteger motores e bombas durante a queima de fogos, não poderão ser de madeira compensado ou qualquer outro material combustível. As anteparas de madeira deverão ser substituídas por chapas metálicas ou material comprovadamente não combustível ou à prova de fogo;

XV - Os responsáveis pelas balsas deverão informar o posicionamento das mesmas, em coordenadas geográficas, observando a distância mínima de 400 metros da linha base da praia, constantes na carta náutica de maior escala. No dia do evento, as balsas deverão ser posicionadas por meio de equipamentos GPS, exatamente na posição divulgada anteriormente, registrando o ponto do dispositivo de fundeio à Capitania dos Portos;

XVI - Tão logo possível, após o término do evento, as balsas deverão ser retiradas para seus locais de origem;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São obrigações da **DETENTORA**:

I - Executar as pretensões dos serviços nos termos estabelecidos no Termo de Referência;

II - Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do **MUNICÍPIO**.

III - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos a execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do **MUNICÍPIO**;

IV - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do **MUNICÍPIO**;

V - Responsabilizar-se pelas despesas operacionais de locomoção de todos os equipamentos até o local do evento, assim como os impostos, taxas e emolumentos que vierem a ser necessários para execução do objeto, além de todas as taxas que incidirem sobre a realização do serviço, inclusive ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), assim como a responsabilidade de segurança com relação aos presentes no exercício;

VI - Será de inteira responsabilidade do contratado o licenciamento (inclusive o pagamento de taxas) para realização dos shows junto aos órgãos competentes; (polícia civil, Corpo de Bombeiros, etc.);



VII - Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do objeto, nos termos da Lei vigente;

VIII - A empresa **DETENTORA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução do serviço;

IX - A **DETENTORA** deverá fornecer materiais "sem estampidos", que atendam a legislação vigente.

X - Possibilitar, efetivamente, a supervisão e fiscalização da Prefeitura de Praia Grande, por meio da SECTUR, permitindo-lhe efetuar acompanhamento "in loco" em todas as fases (recebimento do material, montagem e desmontagem) e fornecer, sempre que solicitadas, as informações e documentos relacionados;

XI - Para a **DETENTORA** relacionados aos itens em TERRA, fica sob sua responsabilidade custos com montagens de estrutura para demarcação e segurança do local onde será realizado o SHOW.

XII - A **DETENTORA** deverá dar garantia de todo material fornecido ao **MUNICÍPIO**, devendo todos os itens estarem de acordo com a legislação vigente, normas da ABNT, diretrizes do Corpo de Bombeiros, Exército Brasileiro e demais órgãos competentes, sendo necessária à permanência de um funcionário da **DETENTORA**, respondendo pela estrutura montada e serviços durante o período dos eventos;

XIII - Na elaboração do projeto para o licenciamento do show deverá ser seguido fielmente as normas vigentes, do Corpo de Bombeiros do Estado, bem como das normas/orientações da Capitania dos Portos que tratam do objeto da licitação (show pirotécnico), bem como nas demais legislações/normas federais, estaduais e municipais que regem o objeto da presente contratação;

XIV - Deverá ser formalmente comunicado a SECTUR o local onde será depositado o produto para que seja efetuada a devida fiscalização e conferência dos produtos, seguindo os critérios da legislação/normas vigentes;

XV - Os produtos a serem fornecidos pela empresa licitante deverão possuir os laudos de técnicos de avaliação e aprovação de cada produto técnico homologado pelo exército brasileiro, conforme portaria nº 08-D Log de 29 de outubro de 2008;

XVI - A qualquer tempo o **MUNICÍPIO** poderá solicitar da **DETENTORA** certificações, documentos e licenças de operações válidas, que comprovem aptidão da **DETENTORA** para prestar os serviços contidos no Objeto desta Ata;



XVII - Os quantitativos de cada tipo de produto deverão estar embalados em embalagens blindados contra intempéries, em plástico transparente, de forma que permita a fácil fiscalização por parte da SECTUR e demais órgãos responsáveis;

XVIII – Não serão aceitos o uso de grades de “madeira” para acoplamento dos tubos, sobre o convés das balsas, haja vista o grande risco de incêndio.

XIX - Serão de inteira responsabilidade da **DETENTORA** a guarda e segurança de todos os equipamentos que serão utilizados na realização do show e deverão estar em conformidade com o que rege a legislação/normas técnicas em vigor;

XX - Todos os profissionais envolvidos na execução do projeto deverão estar equipados com os EPI's compatíveis com o serviço a ser executado;

XXI - A **DETENTORA** deverá providenciar filmagem e relatório fotográfico de todas as etapas do processo da montagem dos fogos e do espetáculos de todos os pontos determinados pela administração, e após, deverá ser entregue em formato de PenDrive ou DVD juntamente com a nota fiscal dos serviços/ e venda dos produtos executados referente ao show pirotécnico;

XXII - Depois de montado, os produtos/equipamentos deverão ficar em área isolada com guarda corpo do público, placas de identificação da área protegida, devidamente guardados por Seguranças/Vigilantes, de acordo com o tamanho da área, em ambos os lados de acesso possível do público, em cada ponto destinado a realização do evento e também com proteção dos agentes da natureza, como chuva e umidade;

XXIII - Deverá ser apresentado à SECTUR as vias originais das respectivas licenças e alvarás de autorização para realização do serviço, emitidos pelos órgãos competentes pela fiscalização, do Corpo de Bombeiros e da Capitania dos Portos, no caso específico dos fogos na Balsa;

XXIV - O valor apresentado pela **DETENTORA** deverá incluir todos os encargos tributários, fiscais, trabalhistas, previdenciários, impostos, contribuições sociais, fretes, seguros, bem como quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre a prestação de serviços;

XXV - Ficará a cargo da **DETENTORA** a responsabilidade pela elaboração da planta de disposição dos equipamentos nos pontos determinados. A referida planta deverá ser elaborada e assinada por profissional competente e entregue aos órgãos competentes pelo licenciamento do evento na qual deverá atender as normas vigentes.



XXVI - Indicar em até 02 dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, quem será o preposto da **DETENTORA** junto ao **MUNICÍPIO**;

XXVII - Apresentar em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, cópia autenticada ou original, da Apólice de Seguro do espetáculo a ser realizado com cobertura de responsabilidade civil no valor mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por ponto de espetáculo;

XXVIII - Apresentar em até 05 (cinco) dias uteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, referente a execução do show pirotécnico;

XXIX - Apresentar em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento cópia de certidão expedida pelo órgão competente que possua registro válido do Técnico Blaster, bem como do Engenheiro indicado, responsável pela execução do show pirotécnico;

XXX - As inobservâncias das exigências dos subitens anteriores serão passíveis de glosa de nota Fiscal e aplicação das sanções previstas no edital.

XXXI - Será de responsabilidade da **DETENTORA** o preparo e a limpeza prévia e posterior do local de montagem, bem como o isolamento e a guarda desta área.

XXXII - Deverá estar incluso todas as despesas com equipe técnica, seguros, equipe de apoio e segurança, alimentação, taxas, dentre outros serviços que fizerem necessários a execução e realização dos shows.

PARÁGRAFO SEGUNDO: São obrigações do **MUNICÍPIO**:

I - Designar formalmente servidor (es) especialmente designado para acompanhar a execução e fiscalização dos serviços contratados, na forma do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, comunicando à empresa vencedora e, quando necessário, exigir a correção de falhas ou defeitos observados nas etapas de execução do objeto;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **DETENTORA**, para a perfeita execução dos serviços;

III - Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço executado fora das especificações constantes no Termo de Referência - **ANEXO I** e no contrato firmado;

IV - Notificar a **DETENTORA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;



V - Atestar a Nota Fiscal/Fatura relativa à efetiva prestação dos serviços, para posterior pagamento, segundo as previsões contratuais;

VI - Cumprir os compromissos financeiros/pagamentos assumidos com o fornecedor segundo os prazos estabelecidos no contrato firmado e os termos da proposta, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Termo de Referência – **ANEXO I**;

VII - Proporcionar todas as condições para que a **DETENTORA** possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações especialmente do Termo de Referência – **ANEXO I**.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa nos termos das Leis Federais nº.s 8.666/1993 e 10.520/2002, e do Decreto Municipal nº. 3593/2003, a Contratada/Detentora que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência do contrato/termo de ata;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato/termo de ata;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada/Detentora que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- c) **Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato/autorização de fornecimento, no caso de inexecução relativos ao material em discrepância relativa ao objeto;**
- d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- e) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- g) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Praia Grande/SP pelo prazo de até cinco anos;
- h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.



PARÁGRAFO QUARTO - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO QUINTO- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada/Detentora, observando-se o procedimento previsto nas Leis federais nº.s 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto Municipal nº. 3593/2003 e subsidiariamente (e no que couber) a Lei Federal nº. 9784/1999.

PARÁGRAFO SEXTO- O Município aplicará, no que couber, a Instrução Normativa nº. 1/2017 da Secretaria-Geral da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União (nº. 198) em 16.10.2017.

PARÁGRAFO SÉTIMO- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO OITAVO- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Portal da Transparência e no Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO NONO- O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança respectiva pela Contratada/Detentora. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a Contratada/Detentora tenha a receber da PEBPG. Não havendo pagamento pela Contratada/Detentora, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a Contratada/Detentora ao processo executivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidas pela Contratada/Detentora, serão atualizadas pelo IPCA-IBGE, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado *pro rata die* e acrescido de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano.

CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **DETENTORA** terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.



PARÁGRAFO TERCEIRO - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razões de interesse público ou;
- b) no pedido da **DETENTORA**.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no PARÁGRAFO PRIMEIRO será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

PARÁGRAFO QUINTO - Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **DETENTORA**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, considerando-se cancelado o preço registrado a partir desta publicação.

PARÁGRAFO SEXTO - A solicitação da **DETENTORA** para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao **MUNICÍPIO** a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto da Ata de Registro de Preços será conferido pela Unidade Requisitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente imediatamente após a execução, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo, firmado pelo fiscal do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **DETENTORA** é obrigada a reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte o objeto que conter vícios, defeitos ou incorreções, devidamente apontadas pelo fiscal do contrato, ou técnico por ele contratado, antes da realização do serviço, bem como substituir mão de obra que se mostre desqualificada para a prestação do serviço cumprida imediatamente, após a notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e na Lei.

PARÁGRAFO QUARTO - A unidade requisitante deverá manter informada a **DETENTORA** sobre o agendamento das apresentações com a maior antecedência possível;

PARÁGRAFO QUINTO - Caso a apresentação seja cancelada pelo **MUNICÍPIO**, a menos de 03 (três) dias úteis do seu início, o **MUNICÍPIO** poderá reagendar a apresentação para data futura, porém se não for possível ressarcirá tão somente as despesas decorrentes, desde que devidamente comprovadas;

PARÁGRAFO SEXTO - O cancelamento por caso fortuito ou força maior isentará o **MUNICÍPIO** de qualquer responsabilidade indenizatória para com terceiros;



PARÁGRAFO SÉTIMO - A não apresentação do evento de modo injustificado exima o **MUNICÍPIO** de Praia Grande de qualquer responsabilidade indenizatória para com terceiros, mas autoriza este Órgão Público a aplicar multa a **DETENTORA**;

PARÁGRAFO OITAVO - A apresentação a ser solicitada deverá atender os requisitos necessários a execução do evento;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO: Os pedidos deverão ser formulados através de Autorização de Fornecimento efetuada pelas unidades requisitantes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pedidos que não ultrapassarem o valor de R\$ 176.000,00 (Cento e setenta e seis mil reais) deverão ser formulados através de Autorização de Fornecimento a ser efetuada por este Município, que as enviará à empresa respectiva.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A empresa fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese da empresa detentora da ata de Registro de Preços se negar a receber o pedido, o mesmo deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido, na data do registro para todos os efeitos legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Os pedidos cujos valores ultrapassem R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) decorrentes do Registro de Preços serão firmados diretamente com os órgãos ou entidades requisitantes, observadas as condições estabelecidas no Edital e no que dispõe o art. 62 da Lei n.º 8.666/93, e será formalizada através de Termo de Contrato, pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos.

PARÁGRAFO QUINTO - O prazo para assinatura do contrato será de 5 (cinco) dias, contados da convocação.

PARÁGRAFO SEXTO - O não atendimento ao prazo estipulado para assinatura do contrato implicará na aplicação das penalidades previstas à detentora da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Corre por conta da **DETENTORA** qualquer prejuízo causado ao objeto e/ou serviço executado, ao **MUNICÍPIO** e a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– Se, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá ao **MUNICÍPIO** proceder à revisão dos mesmos ou instaurar novo procedimento licitatório, caso em que, obtendo preços inferiores, procederá a rescisão da Ata anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – É dever da **DETENTORA** junto ao **MUNICÍPIO** regularizar, antes da emissão da nota fiscal, qualquer tipo de alteração que sofrer o seu Contrato Social. Para tanto, deverá comparecer à **SEÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES**, localizada no Paço Municipal, sito Avenida Presidente Kennedy, nº. 9.000 - 1º andar, munida dos documentos que formalizam a alteração.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de não cumprimento da cláusula em epígrafe ficará suspenso o pagamento do objeto desta Ata de Registro de Preços até a sua respectiva regularização.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Os ajustes, oriundos da presente ata, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Federal nº. 8.666/1993 com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/1994.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A **DETENTORA** deve ter pleno conhecimento das disposições constantes desta Ata, bem como de todas as condições gerais, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo a do perfeito cumprimento do Termo de Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– Faz parte integrante desta Ata como Anexo, a Ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, nos termos do art. 12, inciso II, § 3º do Decreto Municipal n.º 7.018/20.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – As despesas decorrentes com a execução do presente **TERMO DE ATA** correrão à conta das dotações:

SECRETARIAS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SECTUR	19.02.00/23.695.3003.2216/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Termo de Ata.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente **TERMO DE ATA** em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, ____ digitei, assino e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos .. de de 2022, ano quinquagésimo sexto da emancipação político-administrativa.

MAURÍCIO DA SILVA PETIZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

DETENTORA

TESTEMUNHAS:

1 – _____

2 – _____

Processo Administrativo nº. 1.758/2022.



ANEXO V – MINUTA CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO, COM FORNECIMENTOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO "SEM ESTAMPIDOS", INCLUINDO LOCAÇÃO DE BALSAS VISANDO ATENDER AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, DE ACORDO COM A(S) DESCRIÇÃO(ÕES) PREVISTA(S) NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA _____.

Aos XXXX dias do mês de XXXXXXXXX do ano de dois mil e XXXXX, na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, da **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achava o senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, titular da XXXXXXXXXXXXXXXX, por atribuição conferida através do inciso XXX do artigo XXX, por atribuição conferida através do inciso XXX do artigo XXX, referentes à Lei Complementar nº XXXX e suas alterações posteriores, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, CNPJ sob nº _____, com sede na _____, nº _____, _____ - SP, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor _____, RG nº _____, CPF nº _____, na qualidade de vencedora do Pregão Eletrônico nº 246/2022, no Processo Administrativo nº **1.758/2022**, nos termos das Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e alterações, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO, COM FORNECIMENTOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO "SEM ESTAMPIDOS", INCLUINDO LOCAÇÃO DE BALSAS VISANDO ATENDER AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, DE ACORDO COM A(S) DESCRIÇÃO(ÕES) PREVISTA(S) NO EDITAL E SEUS ANEXOS**, conforme especificações constantes no **ANEXO III** do Edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução do serviço será feita sob regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO MATERIAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os objetos da licitação deverão ser entregues e instalados em local determinado pela **CONTRATANTE** e conforme as especificações constantes no presente termo;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços de instalação dos materiais e equipamentos deverão ser instalados em até 01 (um) dia antes do evento.



PARÁGRAFO TERCEIRO - Após a emissão da Autorização de Fornecimento a **CONTRATADA** deverá se atentar a data de apresentação.

PARÁGRAFO QUARTO - A **CONTRATADA** deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência – **ANEXO I**, que deverá disponibilizar técnicos habilitados para operação dos equipamentos para execução do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO - Como os eventos acontecem em lugar aberto ficando à mercê de dias chuvosos, a **CONTRATADA** deverá se responsabilizar por, após a instalação, cobrir os equipamentos de uma forma segura para que eles não danifiquem no momento da execução do objeto, prejudicando o acontecimento do show pirotécnico.

PARÁGRAFO SEXTO - Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos definidos na especificação e leis/normas vigentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Após a vistoria da **CONTRATANTE** fica proibido o acesso de qualquer funcionário da **CONTRATADA** aos locais e equipamentos que serão utilizados, sem a prévia autorização e acompanhamento da **CONTRATANTE**;

PARÁGRAFO OITAVO - Os artifícios devem ser bem fixados de forma que não se movam sobre a embarcação durante o traslado e a deflagração do espetáculo, seguindo as diretivas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros e Capitania dos Portos, no caso da apresentação embarcada;

PARÁGRAFO NONO - DAS EMBARCAÇÕES RELACIONADOS AO SHOW EMBARCADO

I - As embarcações serão apresentadas aptas, licenciadas, homologadas e legalizadas perante os órgãos responsáveis de fiscalização e da Marinha do Brasil, seguindo os seguintes critérios:

II - Incumbir-se de apresentar a relação de todas as embarcações que serão utilizadas no evento a ser solicitado (balsas, rebocadores e embarcações de apoio) acompanhado de toda a documentação das mesmas (certificados e licenças válidas).

III - Apresentar laudo assinado por engenheiro Naval, com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) participando as condições seguras para as balsas realizarem a queima de fogos;

IV - A Capitania dos Portos fará uma análise documental das balsas que realizarão as queimas de fogos, seguindo o previsto na legislação em vigor. Quando as balsas já estiverem fora de tráfego, serão realizadas vistorias das mesmas e nas mesmas embarcações de apoio e, posteriormente, com as balsas fundeadas no local do evento, a fim de verificar as posições de fundeio e condições gerais de segurança;

V - Nos tanques das Balsas não deverá haver qualquer vestígio de combustível. Os mesmos deverão ser esgotados de todo o combustível e completados com água ou retirados de bordo. Materiais de fácil combustão não deverão permanecer a bordo;



VI - As balsas não deverão ser tripuladas no momento da queima dos fogos. Antes do evento, somente está autorizado permanecer a bordo a equipe diretamente envolvida e durante a queima deverá ser mantida distância mínima de 400 metros da balsa;

VII - A equipes responsáveis pelas balsas deverão manter escuta permanente em VHF – canal 16, comunicando a Capitania dos Portos por VHF, qualquer acidente ou fato de navegação que tenha ocorrido durante o evento;

VIII - Todos os tripulantes e profissionais não tripulantes embarcados por ocasião da instalação dos dispositivos pirotécnicos, deverão ter pleno conhecimento da localização dos coletes salva-vidas, boias e saídas de emergência, caso aplicável. Além dos demais meios de salvatagem existentes a bordo. Cabe ao proprietário divulgar as instruções pertinentes para todos os tripulantes, bem como anexar em local visível as recomendações;

IX - Deverá ser mantida uma embarcação, guarnecida e pronta, para atender qualquer emergência de reboque ou combate a incêndio;

X - A balsa ou flutuante deverá ficar fundeada a uma distância segura, no mínimo 400 metros da praia, com a quantidade de amarra suficiente para garantir que não saia da posição do fundeio, resistindo as influências de corrente e vento. Os cabos de amarração deverão ser de aço na seção fora d'água. Os materiais infláveis ou que possam incendiar, tais como aparelhos, flutuantes, cabos, espias de nylon, polipropileno, etc., deverão ser retirados de bordo. Apenas os cabos de aço prontos para reboque ou cabresteira pronta, na borda da embarcação podem permanecer a bordo;

XI - Deverá ser cumprido o preconizado no Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar (RIPEAM), no que diz respeito às marcas e luzes de fundeio;

XII - Apresentar a Capitania, termo de responsabilidade assinado pelo responsável técnico da queima de fogos, com firma reconhecida, que inclua, explicitamente, a distância de segurança, fora da qual não há riscos para as embarcações e espectadores. Deverá ser informada a competência legal para exercer esta atividade (documento de habilitação ou capacitação técnica da empresa responsável), anexando cópia da documentação comprobatória emitida pelo órgão competente;

XIII - Não deverá haver embarcações nas proximidades das balsas que efetuarão a queima de fogos. As embarcações deverão manter distância nas proximidades das balsas que efetuarão a queima de fogos. As embarcações deverão manter uma distância segura, conforme definido no item "i".

XIV - As anteparas das balsas, bem como as superestruturas existentes para proteger motores e bombas durante a queima de fogos, não poderão ser de madeira compensado ou qualquer outro material combustível. As anteparas de madeira deverão ser substituídas por chapas metálicas ou material comprovadamente não combustível ou à prova de fogo;

XV - Os responsáveis pelas balsas deverão informar o posicionamento das mesmas, em coordenadas geográficas, observando a distância mínima de 400 metros da linha base da praia, constantes na carta náutica de maior escala. No dia do evento, as balsas deverão ser posicionadas por meio de equipamentos GPS, exatamente na posição divulgada anteriormente, registrando o ponto do dispositivo de fundeio à Capitania dos Portos;



XVI - Tão logo possível, após o término do evento, as balsas deverão ser retiradas para seus locais de origem;

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço unitário que vigorará inicialmente neste Contrato, é o constante abaixo:

➤ ITEM 1 – R\$.……(……);

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____).

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da documentação fiscal, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

PARÁGRAFO ÚNICO – Este contrato terá vigência de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São obrigações da **CONTRATADA:**

I - Executar as pretensões dos serviços nos termos estabelecidos no Termo de Referência;

II - Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da **CONTRATANTE**.

III - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos a execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**;

IV - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da **CONTRATANTE**;

V - Responsabilizar-se pelas despesas operacionais de locomoção de todos os equipamentos até o local do evento, assim como os impostos, taxas e emolumentos que vierem a ser necessários para execução do objeto, além de todas as taxas que incidirem sobre a realização do serviço, inclusive ART (Anotação de



Responsabilidade Técnica), assim como a responsabilidade de segurança com relação aos presentes no exercício;

VI - Será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o licenciamento (inclusive o pagamento de taxas) para realização dos shows junto aos órgãos competentes; (polícia civil, Corpo de Bombeiros, etc.);

VII - Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da **CONTRATANTE**, referentes à execução do objeto, nos termos da Lei vigente;

VIII - A empresa **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução do serviço;

IX - A **CONTRATADA** deverá fornecer materiais "sem estampidos", que atendam a legislação vigente.

X - Possibilitar, efetivamente, a supervisão e fiscalização da Prefeitura de Praia Grande, por meio da SECTUR, permitindo-lhe efetuar acompanhamento "in loco" em todas as fases (recebimento do material, montagem e desmontagem) e fornecer, sempre que solicitadas, as informações e documentos relacionados;

XI - Para a **CONTRATADA** relacionados aos itens em TERRA, fica sob sua responsabilidade custos com montagens de estrutura para demarcação e segurança do local onde será realizado o SHOW.

XII - A **CONTRATADA** deverá dar garantia de todo material fornecido à **CONTRATANTE**, devendo todos os itens estarem de acordo com a legislação vigente, normas da ABNT, diretrizes do Corpo de Bombeiros, Exército Brasileiro e demais órgãos competentes, sendo necessária à permanência de um funcionário da empresa contratada, respondendo pela estrutura montada e serviços durante o período dos eventos;

XIII - Na elaboração do projeto para o licenciamento do show deverá ser seguido fielmente as normas vigentes, do Corpo de Bombeiros do Estado, bem como das normas/orientações da Capitania dos Portos que tratam do objeto da licitação (show pirotécnico), bem como nas demais legislações/normas federais, estaduais e municipais que regem o objeto da presente contratação;

XIV - Deverá ser formalmente comunicado a SECTUR o local onde será depositado o produto para que seja efetuada a devida fiscalização e conferência dos produtos, seguindo os critérios da legislação/normas vigentes;



XV - Os produtos a serem fornecidos pela empresa licitante deverão possuir os laudos de técnicos de avaliação e aprovação de cada produto técnico homologado pelo exército brasileiro, conforme portaria nº 08-D Log de 29 de outubro de 2008;

XVI - A qualquer tempo a **CONTRATANTE** poderá solicitar da **CONTRATADA** certificações, documentos e licenças de operações válidas, que comprovem aptidão da **CONTRATADA** para prestar os serviços contidos no Objeto da Ata e deste contrato;

XVII - Os quantitativos de cada tipo de produto deverão estar embalados em embalagens blindados contra intempéries, em plástico transparente, de forma que permita a fácil fiscalização por parte da SECTUR e demais órgãos responsáveis;

XVIII – Não serão aceitos o uso de grades de “madeira” para acoplamento dos tubos, sobre o convés das balsas, haja vista o grande risco de incêndio.

XIX - Serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a guarda e segurança de todos os equipamentos que serão utilizados na realização do show e deverão estar em conformidade com o que rege a legislação/normas técnicas em vigor;

XX - Todos os profissionais envolvidos na execução do projeto deverão estar equipados com os EPI's compatíveis com o serviço a ser executado;

XXI - A **CONTRATADA** deverá providenciar filmagem e relatório fotográfico de todas as etapas do processo da montagem dos fogos e do espetáculos de todos os pontos determinados pela administração, e após, deverá ser entregue em formato de PenDrive ou DVD juntamente com a nota fiscal dos serviços/ e venda dos produtos executados referente ao show pirotécnico;

XXII - Depois de montado, os produtos/equipamentos deverão ficar em área isolada com guarda corpo do público, placas de identificação da área protegida, devidamente guardados por Seguranças/Vigilantes, de acordo com o tamanho da área, em ambos os lados de acesso possível do público, em cada ponto destinado a realização do evento e também com proteção dos agentes da natureza, como chuva e umidade;

XXIII - Deverá ser apresentado à SECTUR as vias originais das respectivas licenças e alvarás de autorização para realização do serviço, emitidos pelos órgãos competentes pela fiscalização, do Corpo de Bombeiros e da Capitania dos Portos, no caso específico dos fogos na Balsa;



XXIV - O valor apresentado pela **CONTRATADA** deverá incluir todos os encargos tributários, fiscais, trabalhistas, previdenciários, impostos, contribuições sociais, fretes, seguros, bem como quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre a prestação de serviços;

XXV - Ficará a cargo da **CONTRATADA** a responsabilidade pela elaboração da planta de disposição dos equipamentos nos pontos determinados. A referida planta deverá ser elaborada e assinada por profissional competente e entregue aos órgãos competentes pelo licenciamento do evento na qual deverá atender as normas vigentes.

XXVI - Indicar em até 02 dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, quem será o preposto da **CONTRATADA** junto à **CONTRATANTE**;

XXVII - Apresentar em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, cópia autenticada ou original, da Apólice de Seguro do espetáculo a ser realizado com cobertura de responsabilidade civil no valor mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por ponto de espetáculo;

XXVIII - Apresentar em até 05 (cinco) dias uteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, referente a execução do show pirotécnico;

XXIX - Apresentar em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento cópia de certidão expedida pelo órgão competente que possua registro válido do Técnico Blaster, bem como do Engenheiro indicado, responsável pela execução do show pirotécnico;

XXX - As inobservâncias das exigências dos subitens anteriores serão passíveis de glosa de nota Fiscal e aplicação das sanções previstas no edital.

XXXI - Será de responsabilidade da **CONTRATADA** o preparo e a limpeza prévia e posterior do local de montagem, bem como o isolamento e a guarda desta área.

XXXII - Deverá estar incluso todas as despesas com equipe técnica, seguros, equipe de apoio e segurança, alimentação, taxas, dentre outros serviços que fizerem necessários a execução e realização dos shows.

PARÁGRAFO SEGUNDO: São obrigações do CONTRATANTE:

I - Designar formalmente servidor (es) especialmente designado para acompanhar a execução e fiscalização dos serviços contratados, na forma do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, comunicando à **CONTRATADA** e, quando necessário, exigir a correção de falhas ou defeitos observados nas etapas de execução do objeto;



- II - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, para a perfeita execução dos serviços;
- III - Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço executado fora das especificações constantes no Termo de Referência – **ANEXO I** e no contrato firmado;
- IV - Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- V - Atestar a Nota Fiscal/Fatura relativa à efetiva prestação dos serviços, para posterior pagamento, segundo as previsões contratuais;
- VI - Cumprir os compromissos financeiros/pagamentos assumidos com o fornecedor segundo os prazos estabelecidos no contrato firmado e os termos da proposta, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Termo de Referência - **ANEXO I**;
- VII - Proporcionar todas as condições para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações especialmente do Termo de Referência – **ANEXO I**.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa nos termos das Leis Federais nº.s 8.666/1993 e 10.520/2002, e do Decreto Municipal nº. 3593/2003, a Contratada/Detentora que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência do contrato/termo de ata;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato/termo de ata;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta;

PARÁGRAFO SEGUNDO: As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada/Detentora que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;



- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- c) **Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato/autorização de fornecimento, no caso de inexecução relativos ao material em discrepância relativa ao objeto;**
- d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- e) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- g) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Praia Grande/SP pelo prazo de até cinco anos;
- h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO QUARTO - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO QUINTO - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto nas Leis federais nº.s 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto Municipal nº. 3593/2003 e subsidiariamente (e no que couber) a Lei Federal nº. 9784/1999.

PARÁGRAFO SEXTO – A **CONTRATANTE** aplicará, no que couber, a Instrução Normativa nº. 1/2017 da Secretaria-Geral da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União (nº. 198) em 16.10.2017.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO OITAVO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Portal da Transparência e no Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO NONO - O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança respectiva pela **CONTRATADA**. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a **CONTRATADA** tenha a receber da PEBPG. Não havendo pagamento pela **CONTRATADA**, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a **CONTRATADA** ao processo executivo.



PARÁGRAFO DÉCIMO - Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidas pela **CONTRATADA**, serão atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA-IBGE, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado pro rata die e acrescido de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INTERRUÇÃO OU RESCISÃO DO CONTRATO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou a ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/, de 8 de junho de 1994, autorizam, desde já, a **CONTRATANTE** a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Contrato poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É dever da **CONTRATADA** junto à **CONTRATANTE** regularizar, antes da emissão da nota fiscal, qualquer tipo de alteração que sofrer o seu contrato social. Para tanto, deverá comparecer à SEÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES, localizada no Paço Municipal, sito Avenida Presidente Kennedy nº. 9.000 - 1º andar, munida dos documentos que formalizam a alteração.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de não cumprimento do item acima, ficará suspenso o pagamento do objeto deste contrato até a sua respectiva regularização.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** deve ter pleno conhecimento das disposições constantes deste contrato, bem como de todas as condições gerais, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo a do perfeito cumprimento do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação.

PARÁGRAFO QUINTO – Os ajustes, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Federal nº. 8.666/1993 com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/1994.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto da Ata de Registro de Preços será conferido pela Unidade Requisitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente imediatamente após a execução, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo, firmado pelo fiscal do contrato.



PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte o objeto que conter vícios, defeitos ou incorreções, devidamente apontadas pelo fiscal do contrato, ou técnico por ele contratado, antes da realização do serviço, bem como substituir mão de obra que se mostre desqualificada para a prestação do serviço cumprida imediatamente, após a notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e na Lei.

PARÁGRAFO QUARTO - A unidade requisitante deverá manter informada a **CONTRATADA** sobre o agendamento das apresentações com a maior antecedência possível;

PARÁGRAFO QUINTO - Caso a apresentação seja cancelada pela **CONTRATANTE**, a menos de 03 (três) dias úteis do seu início, a **CONTRATANTE** poderá reagendar a apresentação para data futura, porém se não for possível ressarcirá tão somente as despesas decorrentes, desde que devidamente comprovadas;

PARÁGRAFO SEXTO - O cancelamento por caso fortuito ou força maior isentará a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade indenizatória para com terceiros;

PARÁGRAFO SÉTIMO - A não apresentação do evento de modo injustificado exima a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade indenizatória para com terceiros, mas autoriza este Órgão Público a aplicar multa a **CONTRATADA**;

PARÁGRAFO OITAVO - A apresentação a ser solicitada deverá atender os requisitos necessários a execução do evento;

CLÁUSULA DÉCIMA – As despesas decorrentes com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações:

SECRETARIA	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA	FONTE	CÓD. APLICAÇÃO
XXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XX	XXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas do presente contrato.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, é lavrado o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu _____, digitei, assino _____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos ____ de _____ de 2022, ano quinquagésimo quinto da emancipação político-administrativa.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX SECRETÁRIO XXXXXXXXX	_____ CONTRATADA
-----------------------------------------------	---------------------



TESTEMUNHAS

1 _____

2 _____

Processo Administrativo nº. 1.758/2022.



ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____



AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____



CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)



ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) Memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) Previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) Comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) As plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)